

*Prefeitura do Município de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

Bertioga, 12 de julho de 2016.

**OFÍCIO N. 201/2016 – SG**

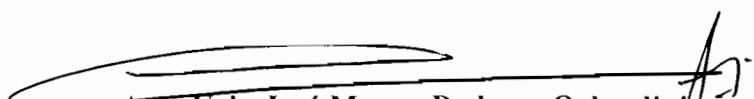
Processo Administrativo n. 2959/16

(Favor mencionar esta referência)

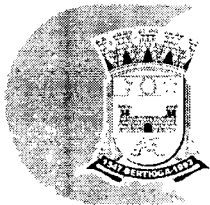
*Excelentíssimo Senhor:*

Com os nossos cordiais cumprimentos e reiterando os protestos de estima e distinta consideração, servimo-nos do presente para, em atendimento ao Ofício n. 102/2016-BERTPREV (processo administrativo n. 73/16), encaminhar a esta Egrégia Casa de Leis para apreciação e votação dos Nobres Edis proposta de **EMENDAS** ao **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR** que “*Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar n. 95, de 03 de julho de 2013, bem como da Lei n. 129, de 29 de agosto de 1995*”.

Atenciosamente,

  
Arq. Urb. José Mauro Dedemo Orlandini  
Prefeito do Município

Ao Excelentíssimo Vereador  
LUÍS HENRIQUE CAPELLINI  
Presidente da Câmara Municipal de Bertioga



*Prefeitura do Município de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

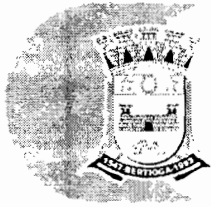
**MENSAGEM EXPLICATIVA**

*Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bertioga:*

Pela presente Exposição de Motivos encaminhamos a essa Egrégia Casa de Leis proposta de **EMENDAS** ao **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR** que *“Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar n. 95, de 03 de julho de 2013, bem como da Lei n. 129, de 29 de agosto de 1995”*, em razão das alterações sugeridas ao projeto inicial pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Bertioga - BERTPREV, através do Ofício n. 102/2016, acolhidas, em parte, pelo Poder Executivo Municipal.

Diante de todo exposto, solicitamos aos Nobres Vereadores a discussão e votação também das EMENDAS apresentadas ao projeto de Lei Complementar, com a reconhecida competência que pautam os atos deste Egrégio Poder Legislativo.

  
*Arq. Urb. José Mauro Dedemo Orlandini*



*Prefeitura do Município de Bertogiã*  
Estado de São Paulo  
*Estância Balneária*

pls.  
149

**Proposta de EMENDAS ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR que “Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar n. 95, de 03 de julho de 2013, bem como da Lei n. 129, de 29 de agosto de 1995”:**

**1. O art. 15 da Lei Complementar n. 95, de 03 de julho de 2013**  
passa a vigorar com as seguintes redações:

*“Art. 15. Para efeitos desta lei, a comprovação da invalidez, incapacidade ou deficiência de beneficiário será feita mediante perícia médica designada do BERTPREV e será periodicamente renovada, a critério do Instituto. (NR)*

*Parágrafo único. Nos casos em que a invalidez, incapacidade ou deficiência seja declarada judicialmente caberá ao perito atestar a manutenção ou não deste estado.” (NR)*

**2. O art. 18 da Lei Complementar n. 95, de 03 de julho de 2013**  
passa a vigorar com as seguintes redações:

*“Art. 18. (...)*

*§ 1º Haverá recadastramento anual de aposentados e pensionistas, sendo obrigatória, conforme o caso, a apresentação de termo de guarda, tutela, curatela ou procuração, atualizado dentro do ano do recadastramento.*

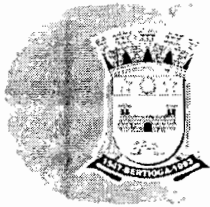
*(...)*

*§ 3º Na hipótese do não-atendimento às convocações e ao recadastramento de ativos, o BERTPREV comunicará o órgão patronal para aplicação do bloqueio de remuneração líquida, prevista no artigo 105, VII, da Lei Municipal 129/95.” (NR)*

**3. O art. 36, inciso VIII da Lei Complementar n. 95, de 03 de julho de 2013,** passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 36. (...)*

*”*



150

*Prefeitura do Município de Bertiooga*  
Estado de São Paulo  
*Estância Balneária*

*VIII - não será considerado como tempo de efetivo exercício no serviço público, o tempo em que o servidor estiver em licença para tratamento de saúde, após o limite de 24 (vinte e quatro) meses consecutivos ou alternados, a cada período de 05 (cinco) anos;" (NR)*

4. O art. 76 da Lei Complementar n. 95, de 03 de julho de 2013, passa a vigorar com as seguintes redações:

*"Art. 76. A contribuição previdenciária compulsória dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações públicas, constituída de recursos consignados no orçamento desses órgãos ou entes, será de 20,85% da folha de pagamento da remuneração-de-contribuição para o custo normal do plano de previdência, devendo o produto da arrecadação ser contabilizado em conta específica.*

*I - para o custo normal do plano de previdência, será de 17,74% da folha de pagamento da remuneração-de-contribuição, devendo o produto da arrecadação ser contabilizado em conta específica;" (NR)*

*III - Para o suporte dos gastos administrativos ou de custeio será de 3,11% da folha de pagamento da remuneração-de-contribuição, devendo o produto da arrecadação ser contabilizado em conta específica. (NR)"*

5. Fica acrescido o parágrafo único no art. 76 da Lei Complementar n. 95, de 03 de julho de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

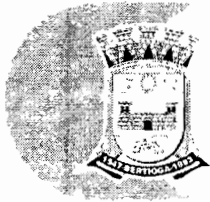
*"Art. 76. (...)*

*I - (...)*

*III - (...)*

***Parágrafo único.** Até o dia 15 de setembro de cada ano o BERTPREV apresentará ao órgão municipal de orçamento e finanças o plano de custeio para manutenção do Instituto para o exercício seguinte, que será utilizado como parâmetro para reavaliação anual do percentual de contribuição a que se refere o inciso III deste artigo". (NR)*

6. O art. 139 da Lei Complementar n. 95, de 03 de julho de 2013, passa a vigorar com as seguintes redações:



# Prefeitura do Município de Bertoga

Estado de São Paulo

## Estância Balneária

pln.  
151

**Art. 139.** O valor anual da taxa de administração, ou seja, o limite de gasto destinado à manutenção do BERTPREV, será de até 2% (dois por cento) do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime, apurado no exercício financeiro anterior, observando-se que:

(...)

III - as sobras do custeio das despesas apuradas após o encerramento de cada exercício serão repassadas ao Plano de Previdência;

(...)

V - (...)

§ 1º (...)

a) No mês de janeiro de cada ano o BERTPREV calculará o valor correspondente ao limite máximo de 2% da taxa de administração para o exercício, a partir do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS no exercício financeiro anterior; (NR)

7. Fica REVOGADA a alínea "e" do inciso III, do art. 126 Lei Complementar n. 95, de 03 de julho de 2013.

Arq. Urb. José Mauro Dedemo Orlândini  
Prefeito do Município